
Comunicação Pública, arte e contestação: uma análise da crise ALMG e a censura da exposição “Deslocamento” de 2022¹

Stéphane Tayane Medeiros RAFAEL²

Polyana Inácio Rezende SILVA³

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RESUMO

Este artigo aborda a gestão de crises em organizações públicas, a partir do caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a censura da exposição “Deslocamento”, de Carlos Barroso, em 2022. O objetivo central é investigar a atuação da ALMG na crise e identificar possíveis implicações de comunicação pública nesta ocorrência. Trata-se de um estudo de caso de base qualitativa, incluindo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O percurso metodológico compreende especificidades da crise ao analisar sua repercussão midiática e descrever o posicionamento adotado pela Assembleia. Os resultados refletem elementos relativos ao contexto sociocultural e político do Brasil contemporâneo, no qual as ações se desdobram por meio da forte presença digital de políticos e figuras públicas, revelando alto potencial de mobilização nas redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública. Crise. Censura. Relações Públicas. Comunicação Organizacional.

1. INTRODUÇÃO

O cenário político de redemocratização traz desafios à Comunicação Pública no Brasil, com circunstâncias de dificuldades e conflitos. Na atualidade, isto se dá por alguns fatores predominantes, dentre eles a crescente aversão à política por parte da opinião pública e a recente ascensão da extrema direita. Ao mesmo tempo em que movimentos afirmativos das minorias se fortalecem cada vez mais socialmente.

Tudo isso acaba consumando em tensionamentos e na polarização de valores e interesses entre as concepções de cidadania e relações estabelecidas com a sociedade. Em virtude disso, faz-se necessário aprimorar estratégias comunicacionais cotidianas de organizações públicas e, ainda mais, no gerenciamento de crises. Considerando cenários complexos e a pluralidade de interlocutores em ação, estudiosos apontam a

¹ Trabalho apresentado na IJ03 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Relações Públicas pela PUC Minas, e-mail: stephanetayane@gmail.com.

³ Professora do curso de Relações Públicas da PUC Minas, pesquisadora do grupo DIALORG - PPGCOM da PUC Minas, e-mail: polyana@pucminas.br

relevância das organizações se prepararem para lidar com a imprevisibilidade em situações de crise e a influência exercida pela mídia nestas condições.

É neste contexto que a exposição "Deslocamento" do poeta, artista visual e jornalista Carlos Barroso é colocada como objeto empírico. A mostra foi apresentada na Galeria de Arte da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2022. No entanto, foi interdita após deputados e grupos conservadores repreenderem o seu conteúdo nas redes sociais, insatisfação a qual motivou o cerceamento da manifestação artística. A decisão da ALMG em antecipar o encerramento da exposição repercutiu na mídia como ato de censura, resultando numa crise em torno da polêmica.

Logo, a questão norteadora da pesquisa é: de que modo a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) atuou no enfrentamento da crise relativa à exposição "Deslocamento" e como a comunicação pública implica neste caso?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza básica, exploratória e descritiva, pautada em elementos do modelo estudo de caso (YIN, 2001 apud DUARTE, 2012). Os instrumentos e técnicas para a coleta e a análise de dados incluem pesquisa bibliográfica, documental e de campo, envolvendo entrevista individual em profundidade (DUARTE, 2012), observação participante (PERUZZO, 2012) e auditoria de imagem na mídia (BUENO, 2012).

É justificável localizar este tema no que se refere aos estudos de Comunicação Organizacional porque trata-se de um processo interacional entre a organização e seus diversos públicos de interesse, bem como abrange um problema institucional que influencia a posição da entidade perante a opinião pública. Além disto, este trabalho é parte dos esforços de pesquisa realizados em 2023 para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de Relações Públicas da PUC Minas.

2. A VOLTA DA CENSURA E O DESMONTE DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Depois das eleições de 2022, o Brasil está passando por uma transição na conjuntura política com efeitos decisivos para diversas circunstâncias sociais, dentre elas a cultura. Nos últimos anos, o país viu a legitimação das políticas culturais sendo ameaçada. Um exemplo disso foi a extinção do Ministério da Cultura (MinC) em 2019 e a sua conversão em Secretaria Especial, primeiro no Ministério da Cidadania e depois no Ministério do Turismo.

Em 1º de janeiro de 2023, uma das primeiras determinações publicadas pelo governo federal, logo em seguida à posse do atual presidente Lula, foi o decreto que recria o Ministério da Cultura sob a coordenação da ministra Margareth Menezes. Desde então, a cultura vem sendo assistida como um pilar central de desenvolvimento.

Posto isso, é curioso assinalar a precedência de tensionamentos semelhantes aos do objeto empírico. Um marco recente, em 2017, a exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte”, promovida pelo Santander Cultural, também foi encerrada antecipadamente, acusada de incitar pedofilia, zoofilia e "imoralidade". Os protestos foram principalmente nas redes sociais. Sob curadoria de Gaudêncio Fidelis, a mostra compreendia obras sobre temas relacionados a gênero e diversidade sexual.

Lançado em 2019, o “Observatório de Censura à Arte” é uma plataforma do Nonada Jornalismo, que faz o mapeamento de casos recentes de censura a artistas no Brasil, desde o “Queermuseu”. A metodologia adota os critérios da socióloga Maria Cristina Castilho Costa, coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP, que define censura como "ato que visa alterar, modificar, silenciar, interditar manifestações de produção simbólica".

O relatório abrange obras e eventos cancelados, modificados, destruídos ou impedidos, além de documentar seus censores. É relevante a presença de registros em todas as regiões do país, o que evidencia que tais ações não são isoladas.

O site aponta 99 obras e eventos artísticos censurados, contando com o “Queermuseu”, dentre eles “Deslocamento” e, sendo o último caso catalogado, a exposição “O Grito!”, suspensa pela Caixa Cultural de Brasília em outubro de 2023, após uma de suas obras também receber ataques de deputados de direita nas redes sociais. A peça “Bandeiras”, de Marília Scarabello, traz fotos dos políticos Arthur Lira e Damares Alves junto ao economista Paulo Guedes dentro de uma lata de lixo.

A página indica aspectos recorrentes, como a persistente influência de políticos conservadores nas mídias sociais, defendendo a censura de obras específicas. E ainda alerta que a maior parte dos episódios aborda assuntos ou questões sociais. As manifestações artísticas mais sujeitas à censura, de acordo com seus registros, são as que abordam temáticas LGBTQIAP+, seguidas por obras feministas, antirracistas e com críticas ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

2.1. Carlos Barroso e a exposição “Deslocamento”

A exposição “Deslocamento”, do poeta, artista visual e jornalista Carlos Barroso, foi apresentada pelo Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte do Programa Assembleia Cultural. Ela foi inaugurada no dia 05 de setembro de 2022 e ficaria em cartaz até o dia 23 do mesmo mês. No entanto, foi interditada no dia 19.

Carlos Barroso é presidente da Casa de Jornalista, estudou jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e trabalhou como comentarista e repórter político, além de ser criador, produtor e apresentador do programa de debates Cena Política. Em 2001, venceu o Prêmio Esso de Jornalismo com a série "Os salários dos deputados estaduais mineiros", matérias feitas pelo Estado de Minas, que também lhe garantiram o Prêmio Nacional Líbero Badaró no mesmo ano.

A exposição “Deslocamento” de Carlos Barroso na ALMG foi alvo de críticas e desaprovação devido ao tom provocador e subversivo que é manifesto por meio das peças, as quais contestavam a infiltração política exercida em quesitos sócio-culturais, incluindo a religião. Em geral, as obras foram chamadas de ofensivas, como se algumas caracterizassem intolerância religiosa ou até mesmo vilipêndio. Toda essa comoção resultou no fechamento antecipado da mostra para visitas públicas. A decisão da ALMG repercutiu nas mídias e foi julgada como um ato de censura pelos jornais.

O início do tensionamento se deu a partir de quando o grupo moralista católico Movimento de Valores pelo Brasil - Mova questionou referências religiosas contidas em algumas das peças exibidas. Em seguida, o deputado estadual Carlos Henrique, do Republicanos, que é pastor e era membro da Mesa Diretora da ALMG, publicou um vídeo no Instagram contra a exposição, alegando ataque aos cristãos e à sua fé. É interessante notar que peças com crítica puramente política não foram alvo de queixas.

Estavam presentes nas manifestações a favor do fechamento da exposição, o então vereador Nikolas Ferreira e o deputado Bruno Engler, que chegaram a ser contidos. Nikolas (PL) teve a maior votação para deputado federal nas eleições 2022, tornando-se o terceiro deputado mais votado da história da Câmara, atrás de Eduardo Bolsonaro (PL), com 1,84 milhão de votos, em 2018, e Enéas Carneiro, que em 2002 conquistou 1,57 milhão de votos. Ele foi o segundo vereador mais votado em Belo Horizonte e coordena o movimento Direita Minas, divulgado nas redes sociais. No mesmo pleito, Bruno Engler (PL) obteve mais de 635 mil votos para deputado estadual

e quebrou recorde de Mauro Tramonte, eleito em 2018 com 516 mil votos. Quando se concretizou a interdição da mostra, no dia 19/09/2022, Nikolas postou um vídeo no Instagram, com a legenda: “Vencemos! Respeitem os cristãos.”.

Do dia 19/09 ao dia 20/09 de 2022, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais postou, em seu perfil do Instagram, 7 vídeos que delatavam a censura, exprimindo indignação. Os conteúdos incluem registros de cobertura da imprensa e do momento em que a interdição da mostra foi executada, além de depoimentos de Carlos Barroso, da presidente do Sindicato, Alessandra Mello, e de outros sindicalistas.

Ainda no dia 19, o Coletivo Dadalobela, promoveu um abaixo-assinado virtual contra a interdição da mostra “Deslocamento”, caracterizando a atitude como antidemocrática. A iniciativa, denominada de “Manifesto pela liberdade de expressão e em defesa da arte e da cultura”, conseguiu 1.726 apoiadores.

Na entrevista em profundidade concedida para este trabalho, Carlos Barroso explica o conceito e a proposta idealizados para criar a exposição “Deslocamento”. Segundo ele, a ideia vem de trabalhar com as coisas que se vê ou encontra na rua e que, inclusive, tem obras a partir de achados em ferro velho. Deslocar diz sobre este processo de recolher os materiais e as ideias se transformarem, deslocando o que era comum para aproveitar em arte, inspirado pela estética e pela poesia.

O artista conta que suas referências vêm das correntes vanguardistas, desde o cubismo, dadaísmo, até a poesia marginal. Estilos artísticos que pretendiam romper com os padrões dominantes que apreciavam a organização e a simetria das formas, tornando-se movimentos de oposição aos modelos e valores de criação tradicionais até então conhecidos. Carlos cita Marcel Duchamp, Picasso e Tarsila do Amaral. Para ele, a arte e a poesia estimulam a livre reflexão e o pensamento crítico dos indivíduos.

Em entrevista ao Estado de Minas, Carlos Barroso afirmou que suas obras são ironias que buscam causar reflexão. Ainda em entrevistas a veículos de comunicação, o artista conta que levou a mesma exposição a Ouro Preto, com mais de 10 mil visitantes, e nunca houve reação dessa natureza. Antes da exibição na ALMG, o artista também já incluiu algumas das peças, separadamente, em outras mostras.

Uma semana após a interdição, Carlos anunciou no Facebook que a exposição seria remontada e ampliada na Casa de Jornalista e em outros estados. A exposição foi reaberta na Casa de Jornalista um ano após a censura na ALMG, ficando em cartaz de

18/09/2023 a 02/10/2023. Na observação participante realizada na reinauguração da mostra, boa parte do público presente pareceu ser de conhecidos do artista, inclusive, com pouco índice de jovens.

O evento era aberto ao público, mas havia segurança na porta, provavelmente para prevenir possíveis ataques ou invasões. Não houve nenhum acontecimento marcante, nenhuma manifestação contra ou a favor das obras e, chama a atenção, o fato de que nem o próprio artista fez nenhum pronunciamento formal nesta ocasião.

Também não foi identificada a presença de nenhuma personalidade influente e nem da cobertura oficial da imprensa. Ao pesquisar pela chave de busca “reabertura deslocamento casa de jornalista” no Google, são encontradas apenas duas matérias, uma no site do Sindicato dos Jornalistas e outra no portal Hoje em Dia.

Este tópico contextualizou sobre a volta da censura e o desmonte das políticas culturais trazendo o cenário de debate relacionado à exposição “Deslocamento”. Estes aspectos configuram-se como pano de fundo da crise instaurada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A abordagem do conceito de crise à luz dos estudos em Comunicação Pública é desenvolvida no tópico a seguir.

3. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO CRISE

A comunicação pública é um conceito amplo, contudo, podem ser observadas algumas convergências entre os diversos autores que abordam o tema. Um dos principais consensos é o de que a comunicação pública trata essencialmente de servir ao interesse e à utilidade públicos, favorecendo assim o exercício democrático da cidadania. Portanto, as articulações coletivas são relevantes neste âmbito.

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas é uma das referências básicas no estudo da comunicação pública, especialmente no Brasil. Em sua perspectiva sobre espaço, esfera, e deliberação públicos, ele discute a influência mútua desempenhada entre tais elementos e movimentos comunitários discursivos.

Outra base dos estudos brasileiros em comunicação pública é o francês Pierre Zémor. Para o autor, as finalidades da comunicação pública e das próprias instituições públicas não podem se distanciar, sendo suas funções características: “a) informar; b) escutar; c) contribuir para assegurar a relação social e; d) acompanhar as mudanças de comportamento e das organizações sociais” (ZÉMOR apud KOÇOUSKI, 2012, p. 75).

Mariângela Haswani (2012) chama a atenção ao princípio da publicidade na administração pública e o dever das "instituições políticas da democracia" em tornar público suas ações e a motivação delas, de modo a permitir o debate e a intervenção da opinião pública em sua atuação. A autora cita Faccioli (2000) para colocar que a finalidade da comunicação pública é a garantia plena do direito à informação, à transparência, ao acesso e à participação. Enfim, Koçouski (2012) sugere uma nova definição para o campo:

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos. (KOÇOUSKI, 2012, p.92).

Neste viés, Margarida Kunsch (2012) dialoga com o pensamento de Heloiza Matos (2011) ao apresentar a comunicação pública como um processo político de interação, no qual predominam a expressão, a interpretação e o diálogo, destacando que o senso de trocas e interlocução entre instituições e sociedade é um pouco recente.

Ademais, Kunsch (2012, p. 22) afirma que "a comunicação pública abrange distintos campos de conhecimento e de práticas sociais e profissionais", relacionando o conceito com a comunicação organizacional integrada. Esta associação também é observada por Maria José da Costa Oliveira (2012), que valida o encontro das duas frentes ao argumentar a favor do alinhamento entre os interesses das organizações e os da sociedade, já que ambas as partes sofrem e exercem influência mútua entre si.

Certamente, a importância da comunicação pública não se reduz a contextos de crise, todavia também deve existir antes mesmo que uma ruptura aconteça ou um conflito se instale. Desse modo, sendo aplicada de maneira consolidada ao longo dos processos habituais da instituição, poderá exercer um papel mais efetivo frente a tensionamentos e situações de crise.

Ao tratar sobre o papel da comunicação na gestão de crise, João José Forni (2010) relata, contando com a ilustração de casos, uma certa tendência à "negligência" da crise por parte de organizações públicas. Além de mencionar episódios em que a crise estava ligada à corrupção ou a interesses políticos, em detrimento da conduta institucional da própria organização pública.

Logo, o autor esclarece o que de fato é uma crise, reiterando que, apesar de o termo ter sido relativamente banalizado, a crise não se trata de qualquer problema. Em situações do tipo, o fato negativo foge ao controle da empresa demonstrando que há “uma ruptura na normalidade, que ameaça a reputação e os negócios” (DUARTE, 2010 apud FORNI, 2010, p. 218).

Além disso, Forni (2010) aponta como fatores desencadeadores de crise: a velocidade e o alto poder de difusão exercido pela mídia, bem como a dificuldade para resolução de problemas. Com base nisso, a sociedade espera objetividade e clareza, enquanto a imprensa publica aquilo em que nota seriedade (FORNI, 2010).

Nesse sentido, Forni (2010) declara que a comunicação é um dos pilares mais importantes na gerência da crise, mas não pode resolvê-la sozinha. Ou seja, é um trabalho conjunto e multidisciplinar, que envolve comprometimento com os públicos e propósitos organizacionais.

Neste âmbito, o processo de gestão da crise implica a prevenção, a gestão de riscos, o levantamento de informações e o mapeamento de vulnerabilidades. Partindo da premissa que a maior parte das crises pode ser prevista à medida que apontam sinais, o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção e gestão de riscos é o próximo passo para o progresso no gerenciamento de crise (FORNI, 2010).

Roberto Tadeu Shinyashiki (2006) evidencia a necessidade de levantar diferentes concepções do termo “crise” para esclarecer as particularidades desse fenômeno nas organizações. Dentre as definições apresentadas por ele, é válido observar o que consideram Pearson e Clair apud Shinyashiki:

“uma crise organizacional é um evento que ameaça a viabilidade da organização, sendo caracterizada por ambigüidade de causa, de efeito e de meios de resolução, na qual as decisões têm de ser tomadas rapidamente” (SHINYASHIKI, 2006, p. 36).

Neste ínterim, Borges et al. (2021) afirma que tais episódios não devem ser ignorados e ressalta a importância de haver um bom plano de gerenciamento de crises no planejamento estratégico da empresa, além de alinhar as ações preventivas e corretivas aos objetivos organizacionais. Por fim, aponta a validade de se considerar os danos às pessoas envolvidas e à comunidade da qual a organização seja integrante.

Em suma, a partir de Neves (2002), crises empresariais com a opinião pública são aquelas que se referem a conflitos de interesses dos públicos que se relacionam

com a organização. Diante do exposto, foram traçados nortes conceituais alinhados ao caso da ALMG. A censura de “Deslocamento” pode ser considerada um exemplo de crise empresarial com a opinião pública já que o fenômeno estudado ilustra conflitos de interesses entre os públicos afetados e envolvidos – a saber: artistas, cidadãos, parlamentares, servidores, entre outros que são explicados no decorrer deste trabalho.

4. A CRISE: CAUSAS E REPERCUSSÃO

A partir do objetivo geral de investigar a atuação da ALMG no enfrentamento da crise relativa à exposição “Deslocamento” e identificar as possíveis implicações sobre comunicação pública neste caso, a etapa analítica foi dividida em categorias de análise, como sugere Duarte (2012).

4.1. Públicos envolvidos e/ou afetados

Uma das dinâmicas essenciais tratadas em Relações Públicas é a compreensão dos fenômenos e da opinião pública a partir de uma leitura dos públicos contemplados, o que é ainda mais indispensável em questões controversas. Com as entrevistas foi possível identificar alguns públicos que estiveram envolvidos e/ou foram afetados pela crise relativa à exposição “Deslocamento”, cada um em níveis diferentes e de formas diversas. Os três profissionais de RP entrevistados apontam dois públicos diretamente ligados ao caso: a classe artística, na qual está o próprio Carlos Barroso; e o público interno, incluindo servidores e parlamentares.

No que diz respeito aos artistas, os informantes mencionam a insegurança gerada pelo fechamento da exposição quanto a validade do processo seletivo. Na época, estavam abertas as inscrições para o edital de seleção artística para compor o calendário de 2023. Entretanto, todas as fontes negam ter notado algum impacto neste processo, apesar de não terem dados concretos para justificar esta percepção.

Quanto aos servidores, todos os entrevistados aludem à comunicação informal e aos efeitos de ruídos gerados entre colegas. Além disso, concordam que a gravação dos vídeos e a abordagem dos deputados e eleitores que se manifestaram foi agressiva, gerando tensão e constrangimento nos servidores expostos diretamente nos fatos.

No tocante a área parlamentar, todos tomam o vídeo publicado pelo deputado Carlos Henrique como o estopim da crise, a partir do qual outros deputados foram envolvidos. Mas uma observação predominante entre os entrevistados – inclusive

Carlos Barroso – é que nenhum deputado de esquerda se posicionou publicamente para contrapor a ala mais conservadora ou comentar as medidas da Assembleia.

Além destes, a imprensa é citada nas respostas de dois entrevistados como formadora de opinião. E apenas um deles também leva em consideração entidades da sociedade civil organizada, a exemplo do Sindicato dos Jornalistas e do Mova.. Todos usam o termo “público geral” para se referir à sociedade e ao cidadão, desde pessoas atingidas pela repercussão midiática até aquelas que circulam pela ALMG, participam de seus eventos institucionais ou visitam as atrações do Espaço Político Cultural.

5.2.2. Influência política e seus impactos

Em consonância aos dados apurados, torna-se evidente que o âmbito político exerceu interferência definidora nas intervenções da crise. Todos os entrevistados, tanto o artista expositor, quanto os profissionais de RP, afirmam que houve influência política, exercida pela extrema direita, no desfecho da situação. A polarização daquele contexto é tida como determinante para reforçar este posicionamento. Por sinal, ainda se perguntam se o mesmo aconteceria em outra conjunção sócio-política – como a que começa a se redesenhar com o novo Governo em 2023, por exemplo.

Todos pressupõem que o período pré-eleitoral incentivou a mobilização deste grupo ideológico, que teria utilizado a situação para atrair visibilidade e angariar votos nas redes sociais. Neste sentido, as fontes inferem que a ausência de atitudes da ala progressista também se deve a uma postura cautelosa em função das eleições. Além disso, todos ressaltam o poder de engajamento das plataformas digitais.

Uma particularidade na resposta de Carlos Barroso, que também aparece na matéria de Leonardo Augusto na Folha de S. Paulo, é o fato de que Agostinho Patrus (PSD), à época Presidente da ALMG, estava aspirando ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Para tanto, dependia de ser indicado pelos colegas deputados, por meio de votação no Plenário da casa. O que indica mais interesse político por trás do caso, já que Patrus poderia ser prejudicado ao se indispor com os parlamentares. Logo, ceder à pressão pelo fechamento aparenta ter sido a escolha mais conveniente.

5.2.3. Repercussão midiática

O método de auditoria de imagem na mídia (BUENO, 2012) foi adaptado de maneira simplificada para sustentar o objetivo específico de analisar a repercussão midiática referente à crise em torno da mostra “Deslocamento”. Por meio do material

reunido na pesquisa documental, o recorte da análise foi embasado em notícias veiculadas no decorrer das três primeiras semanas após a interdição, que ocorreu na segunda-feira, dia 19 de setembro de 2022. Foram encontradas 13 notícias que abordaram a exposição e o encerramento antecipado.

Os veículos variam em termos de porte, localidade e meio de circulação. A cobertura foi de veículos de mídia hegemônica a portais mais independentes. Em termos de alcance do conteúdo, tem-se desde canais locais da capital e do estado mineiros, chegando até o estado paulista e, inclusive, em veículos mais consolidados, com relevância em nível nacional – como a Folha de S. Paulo e o G1. Quanto ao meio de circulação, o tema foi achado em páginas de jornais impressos e televisivos, de rádio e de blogs. As notícias saíram em cadernos cotidianos (cidades, estado, país), editoriais de cultura, política, ou artigos de opinião. A partir do clipping obtido, foram trabalhados 4 critérios noticiosos na auditoria de imagem na mídia, conforme a seguir:

a) Frequência da palavra censura nas notícias: das 13 notícias coletadas, 7 mencionam a palavra censura no título ou chamada da matéria, 3 no subtítulo e 3 apenas ao longo do conteúdo. Destas, apenas 3 afirmam que houve censura, as demais indicam a denúncia por parte de Carlos Barroso ou de outros artistas, bem como do Sindicato dos Jornalistas e de pessoas comuns. Merece destaque a reportagem do dia 20/09/22 no jornal MGTV - 1ª edição da Globo Minas, na qual o cientista político Marcos Paulo Resende caracterizou a ação da ALMG como ato de censura motivado por discordâncias pessoais, em detrimento das leis e dos princípios do Estado.

b) Inferência à direita e/ou ao ex-presidente Bolsonaro: exceto 5 notícias, todas as demais utilizam os termos “direita” e/ou “bolsonarista(s)” para se referir aos deputados envolvidos e/ou ao Movimento de Valores pelo Brasil (MOVA). Das 5 exceções, 3 usam os termos “fundamentalistas” (Portal Hoje em Dia, “conservadores” (MGTV 1), e “intolerantes” (O Tempo) para caracterizá-los. As outras 2 (MGTV 2 e G1) não adjetivam os protestantes.

c) Presença de declarações do artista: com a exceção do artigo de opinião escrito por Luiz Tito para o jornal O Tempo, todas as outras notícias contam com declarações do artista. Em geral, Barroso denuncia censura e atentado à liberdade de expressão, negando intenção de afrontar, atingir ou desrespeitar a fé e a religião alheia. Pelo contrário, ele advoga sobre a essência da arte, afirmando o papel de desmistificar

por meio da inquietação. E diz ainda ter sido vítima do discurso de ódio extremista e salienta que o espaço foi conquistado por meio de um edital de concorrência pública.

d) Tentativa de contato com a ALMG e indicação de resposta da instituição: por outro lado, não consta em nenhuma notícia algum pronunciamento oficial por parte da Assembleia Legislativa de Minas. Do conjunto reunido, 9 notícias afirmam não ter obtido retorno aos questionamentos feitos à instituição ou à sua assessoria de imprensa, sendo que duas incluem falas do deputado Carlos Henrique. Outras três não indicam a tentativa de contato com a ALMG mas, destas, duas também contam com depoimentos cedidos por Carlos Henrique. E mais uma informa que a assessoria afirmou que um posicionamento seria divulgado em breve.

Destaca-se a reportagem exibida dia 06/10/22 pelo MGTV 2 que, além de sinalizar a procura pela organização, declara ter ido atrás de respostas do então presidente da Casa, Agostinho Patrus, o qual não se posicionou. De acordo com o veículo, o mesmo aconteceu com parlamentares de outros partidos, que preferiram não falar com sua equipe. A matéria mostrou recortes da reunião ordinária do dia 04/10/22 em que os deputados Bruno Engler e Carlos Henrique retomaram o assunto no Plenário. “A censura é o desrespeito à fé do outro, isso tem que ser censurado”, sustentou Carlos Henrique. “O Presidente Agostinho ouviu essa indignação e cessou com essa exposição, que nem deveria ter começado”, exclamou Engler.

Na análise dos profissionais de RP entrevistados para esta pesquisa, a mostra ganhou muito mais repercussão com o fechamento, do que poderia ganhar sem ele – Carlos Barroso também assume este fato. Todos os Relações Públicas consideram que a cobertura midiática foi ampla, se comparada ao que se costuma ver, quando se trata de assuntos ligados à cultura na Casa.

5.2.4. Comunicação institucional perante a crise

Nenhum dos profissionais de RP entrevistados alega ter sido informado completamente da estratégia de comunicação institucional adotada pela ALMG na crise. Já Carlos Barroso julga que “a Assembleia se manteve muda e parálitica”, tendo em vista que não fez nenhum pronunciamento oficial antes ou depois da interdição.

O artista relata que foi chamado pelo Diretor Geral da instituição para uma reunião formal, presencialmente, com a presença da Diretoria de Comunicação e de outros diretores. Ele diz que a conversa se deu em tom cordial, de construção de

acordo, mas reclama da ausência de Agostinho Patrus na negociação, a quem ele atribui a origem da ordem final pelo encerramento da mostra.

Segundo o artista, o argumento utilizado foi de que suas obras teriam de ser protegidas de possíveis invasões e vandalismos. O que em sua interpretação “foram meras desculpas”. Contudo, não nega a hipótese de que a comoção acontecesse de fato e relembra os ataques feitos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

Apesar de alegarem não terem sido informados em detalhes sobre a estratégia adotada, todos os profissionais de RP souberam dos ruídos de que este argumento sobre a segurança foi trabalhado na mediação com o artista. Mesmo não defendendo a opção pelo fechamento da exposição, todos aceitam que esta argumentação é válida e não apenas quanto ao risco para as peças, mas para os servidores expostos.

Quando indagados se lembram de alguma manifestação, dois deles negam a lembrança e o outro se recorda mas não sabe falar o tamanho de sua incidência. A manifestação ocorreu na noite do dia 20/09/2022 no hall de entrada lateral do Palácio da Inconfidência. Diante do exposto e dos registros, realmente a dimensão não parecer ter representado maiores ameaças. Isso não muda o fato de que não era possível prever o impacto gerado e, por este olhar, a prevenção pode ter sido pertinente e responsável.

Ao explorar os dados coletados, nota-se uma omissão de posicionamento no sentido de trabalhar um discurso capaz de esclarecer devidamente as motivações e as justificativas da postura adotada pela instituição. Isso ocorre tanto na comunicação interna com os servidores, quanto na comunicação com os demais públicos externos.

Na ótica de Relações Públicas, é comum nas respostas dos informantes que a Assembleia partiu de um princípio de redução de danos para atuar dessa maneira, priorizando a minimização do conflito com os parlamentares que, querendo ou não, são um de seus públicos prioritários. No entanto, é inegável que o relacionamento com os outros públicos foi fragilizado e, em certa medida, isto pode ser considerado negligência para com esses vínculos.

As fontes recorrem aos princípios básicos da Administração Pública para justificar que as práticas de comunicação pública não foram adequadas na mediação e no posicionamento adotado. Todos dizem que o órgão não agiu com transparência satisfatória, o que fere o princípio da publicidade. Ademais, se referem ao princípio da legalidade ao salientar que a atuação pública está condicionada aos mandamentos

legais e às exigências do bem comum. Neste sentido, citam o direito à liberdade de expressão, além da censura em si, que por si só já é um ato inconstitucional.

5.2.5. Prevenção de crise

Todos os profissionais de RP entrevistados confirmam que os desdobramentos gerados pela mostra “Deslocamento” caracterizam uma situação de crise para a ALMG. Argumentam que foi um contexto de ruptura e que o episódio é inédito na história da Galeria de Arte e do Programa Assembleia Cultural. Também sustentam justificativas pela instabilidade no relacionamento da instituição com os públicos estratégicos envolvidos no caso. Além da contradição e incoerência provocada pela repercussão midiática com foco na censura, tendo em vista que o Programa foi concebido como ferramenta comunicacional para a aproximação da Assembleia com seus respectivos públicos de interesse. As fontes explicam que o propósito originário da ação institucional é justamente o oposto do que foi transmitido. Ou seja, melhorar a imagem da organização, como sendo uma Casa plural, que fomenta a cultura, valoriza a diversidade, e é aberto às mais variadas formas de expressões artísticas.

Quando perguntados se acreditam que essa crise poderia ter sido evitada ou prevenida, apenas um deles afirma firmemente que não, pois pensa que não seria possível impedir a discordância daqueles que se sentiram ofendidos, tampouco controlar os protestos feitos em consequência disso. Neste caso, a opinião é de que não havia nada o que a Assembleia poderia ter feito antes do acontecido para evitá-lo. Já os outros dois informantes, apesar de assumirem estes mesmos fatores que fogem à alçada da instituição e dificultam uma prevenção mais efetiva, apontam que o problema poderia ser minimizado sob a observância de alguns complicadores.

Em suma, os profissionais de RP ressaltam que a própria normatização do Programa Assembleia Cultural pode ser vista como ação bem sucedida de prevenção de riscos. Uma vez que serve como dispositivo de proteção aos artistas, aos servidores e à instituição. Isto pois parte dos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa básica e exploratória, esta investigação não pretendeu esgotar a discussão sobre o gerenciamento de crises em organizações

públicas, mas conta com uma reflexão aprofundada como possibilidade de outros caminhos, ou realização de futuras pesquisas.

A expectativa é de que os estudos científicos e as práticas profissionais de Comunicação Social e de Relações Públicas possam contribuir para que atuação e posicionamento institucionais no setor público sejam menos limitados por condições políticas, tornando-se mais autônomos e independentes.

Os resultados apontam para uma atuação situacional e reativa da ALMG diante da crise, o que reflete uma cultura de contenção dos problemas, em consonância ao que Forni (2010) descreve ser comum às organizações públicas. A censura à exposição “Deslocamento”, de Carlos Barroso, em 2022, mostra que a democracia brasileira ainda está sob tensões e evidencia que não se pode falar em direitos garantidos no país, pois a instabilidade de momentos de crise e disputas os questionam.

Foi atendida a vontade “geral” do povo mineiro ou do segmento cristão conservador? A apropriação política de fenômenos sociais como este indica forte papel do Estado para a subjetivação de sentidos na consciência do sujeito. Quando uma organização pública se ausenta ou se omite perante à sociedade, está simplesmente falhando ou estaria se articulando? Estas são outras questões urgentes.

Os resultados também denotam que o preparo para lidar com crises advém do prévio mapeamento de possíveis riscos e de uma atuação preventiva a este respeito. Além disso, a comunicação é um pilar na mediação de conflitos, sendo determinante para assegurar a transparência e assim, preservar a imagem organizacional.

A discussão em voga também incita ao impacto decisivo da mídia em situações de crise. Afinal, conteúdos difundidos sobre o assunto podem tornar-se agravantes ou atenuantes do problema. De igual modo, o estudo alerta quanto ao potencial de uso do engajamento em redes sociais para produção e difusão de ideias e crenças no senso comum, assim como para a mobilização de pessoas. Tudo isto reflete riscos do mundo contemporâneo hiperconectado que, sob a gestão algorítmica dos ambientes virtuais, tende a fixar os indivíduos em bolhas ideológicas e, por consequência, fortalecê-las.

REFERÊNCIAS

ALMG. **Portal da Assembleia**. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4Qxem>. Acesso em: 28 nov. de 2022.
- BORGES, Lucimar Teodoro et al. **Gerenciamento para crises de imagem: um estudo bibliográfico sobre os conceitos e aplicações**. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bvXfR>. Acesso em: 28 nov. de 2022
- BUENO, Wilson da Costa. Auditoria de imagem na mídia. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.
- FORNI, João José. **O Papel da Comunicação na Gestão de Crises**. *Comunifé*, v. 10, n. X, p. 126-139, 2010. Disponível em <https://encurtador.com.br/vb3Ko>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ofjd9>. Acesso em: 28 nov. de 2022.
- HASWANI, Mariângela. O discurso obscuro das leis. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocução, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/2021-05/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-boo>
<https://encurtador.com.br/iACkf>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocução, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/NxfdL>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocução, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/2021-05/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-boo>
[ks.%20%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20publica.pdf](https://www.eca.usp.br/sites/default/files/2021-05/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-boo). Acesso em: 10 mai. 2023.
- NEVES, Roberto de Castro. **Crises empresariais com a opinião pública: como evitá-las e administrá-las: casos e histórias**. Mauad Editora Ltda, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/7QHVq>. Acesso em: 28 nov. de 2022.
- OLIVEIRA, Glória Karoline Mendes De; LINO, Jéssica Ribeiro; **Os tensionamentos discursivos da exposição Queermuseu – cartografias da diferença na arte e o Santander Cultural**. Belo Horizonte. PUC MG, 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vKRcT>. Acesso em: 5 out. de 2022.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação organizacional e comunicação pública. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocução, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/WPiiF>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- SHINYASHIKI, Roberto Tadeu. **A influência da auto-eficácia dos gestores na administração de crises**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IFwkK>. Acesso em: 28 nov. de 2022.